

CEDI - P. I. B.  
DATA 31/12/86  
COD. F.3.D.0.0.4.0

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE INDÍGENA NO CHILE - O sonho acabou ?

Priscila Feulhaber Barbosa

Isabel Hernandez relata uma experiência educativa desenvolvida no Chile a partir de 1922 : o Programa de Mobilização do Povo Mapuche, que nasceu como iniciativa da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), concretizado pela participação ativa de organizações camponesas mapuches e não mapuches, e contando também com a colaboração e coordenação de instituições estatais de nível regional e nacional .

O Programa de Mobilização estava inserido em um processo político cujos dirigentes , na época, visavam instaurar uma democracia socializante que proporcionasse melhores condições de vida, trabalho e participação, garantindo os direitos do cidadão chileno. Estes direitos, no entanto, vinham sendo solapados por uma sociedade fundamentada na injustiça.

As metas gerais de mobilização, segundo Hernandez, "consistiram fundamentalmente em definir e aplicar coletivamente uma política de integração nacional do povo Mapuche, moldada em um período de transição e de mudanças sociais mediante o estabelecimento de condições igualitárias de participação social e de dignidade humana" (34 /35).

Hernandez mostra como os camponeses mapuches eram subjugados na sociedade de classes, sofrendo também a "discriminação específica motivada por sua diferenciação étnica" (15), servindo esta discriminação como elemento justificados para o exercício das rela-

ções de sujeição/cominação. O Estado, por sua vez, tinha desempenhando um papel repressivo face às tentativas de afirmação da identidade mapuche diante da sociedade nacional, negando assim constantemente a autodeterminação indígena.

Os mapuches vivem, até os dias de hoje, sob um regime espoliativo de comercialização, ocupando territórios exíguos, dos quais têm em geral o título de propriedade coletiva, embora trabalhem cada parcela de terra individualmente. A obtenção de crédito lhes é quase impossível, sendo também precário o acesso a meios de produção e técnicas mais aperfeiçoadas.

O não índio é visto como "huika" (= ladrão) pelos mapuche, o que se explica pela história de ocupação de seus territórios (mel fun mapu = as nossas terras) pelos alienígenas. A difusão das normas e valores que garantem a manutenção da dominação é de tal modo eficaz que os "huika" pobres, identificando-se etnicamente com os grupos dominantes, também desprezam o índio, vendo-lhe com os mesmos olhos que os comerciantes, latifundiários e representantes do estado, desqualificando como eles as manifestações culturais e ideológicas próprias aos mapuche.

O sistema educacional vinha, segundo Hernandez, atuando a serviço dos propósitos hegemônicos do Estado e grupos dominantes, no sentido de imprimir diferenciações, acentuando assim a discriminação. Mesmo uma suposta atuação igualitária não atendia às diferenças étnicas com respostas diferenciadas, levando os diversos atores sociais a incorrer em relações discriminatórias.

Os programas de estudo e métodos de ensino, como diagnosticados por Hernandez, estavam divorciados da realidade sócio-cultural e das reais necessidades do educando mapuche, reprimindo, desclassificando e menosprezando as manifestações culturais indígenas. A postura



autoritária dos professores, que colocam-se no centro das salas de aula, atuando como agentes de aculturação, não permite ao educando oportunidades reais para expressar-se, sendo-lhe inculcados os hábitos de insegurança e subserviência.

A situação do estudante mapuche, inserido numa situação social e historicamente opressiva, agrava-se pela diversidade étnica e linguística. Estas dificuldades são complexificadas pela carência de escolas, recursos humanos, financeiros e materiais didáticos nas áreas indígenas. O professor coloca o estudante em permanente conflito de identidades que "o atraem e o rechaçam alternativamente", inferiorizando-o no processo educativo. (Hernandez, 1981:31).

O Programa de Mobilização do Povo Mapuche articulou três instâncias mobilizadoras, implementando também, como consequência do dinamismo de cada situação, subprogramas desenvolvidos com vistas a responder às reivindicações, capacidade e manifestações criativas do povo Mapuche, articulados com subprogramas de investigação aplicada.

O Programa I de Mobilização Cultural propunha a unificação de esforços e recursos de organizações camponesas e instituições do governo popular, com o fim da alfabetização bilíngue de 10.000 analfabetos mapuches. Foi desenvolvido, para isso, o método de bialfabetização, baseado em símbolos e palavras geradoras, selecionadas com o intuito de motivar a reflexão que desperte um conhecimento transformador. Nas palavras geradoras, em número de onze, em esonhol e mapundungún (língua da terra), estão contidas todas as letras de ambos os alfabetos. Os temas deveriam surgir com as proposições dos participantes e recomendava-se que a discussão e a maior parte do curso fossem realizadas em maoun -

dingún, encorajando-se o uso da língua mapuche como instrumento de afirmação étnica e de enriquecimento da cultura nacional.

Os monitores, capacitados previamente, preparavam os alfabetizadores, que trabalhavam em contato direto com os alfabetizandos. Eram constituídos assim os "centros de trabalho e cultura, que debatiam permanentemente as bases de uma nova política Cultural e Educacional Indígena. As manifestações espontâneas eram canalizadas pelos niveladores, em vias de criação artística, como grupos teatrais, musicais, ou outros meios de comunicação e expressão como jornais mapuche, ou constituição de equipes de esporte. Todos os estudantes mapuche que tivessem completado a educação primária tinham acesso a cursos de capacitação técnica, podendo assim tornar-se traatoristas, horticultores, assistentes de saúde rural, avicultores, artesãos, etc. A Nova Política Cultural e Educacional Indígena era objeto de discussão constante nos centros de capacitação técnica.

Visava-se também nos centros de alfabetização e capacitação a constituição de unidades de produção, articuladas com as instituições do Governo Popular, com o Instituto de Desenvolvimento Indígena, assim como outras instâncias de planificação, acionadas conjuntamente com as associações de base dos trabalhadores.

O Programa de Mobilização era vinculado ao processo geral de mobilização e participação popular no Chile. Sua completa viabilização apenas se tornaria possível com a adequada formulação e execução de uma política geral de Reforma Agrária, que permitisse a reorganização e agrupamento cooperativo das comunidades, além de restituição das terras usurpadas e da entrada no mapuche nas novas unidades de produção. Tal necessidade justifica a implementação do Programa II de Mobilização para o Desenvolvimento Produtivo, que visa-



va incrementar um novo tipo de organização da produção e novas relações de comercialização. A incorporação à Reforma Agrária e ao desenvolvimento produtivo, assim como uma nova política cultural, não seria possível sem o incentivo à auto organização social do povo mapuche e sua integração com as organizações de trabalhadores e com as instituições nacionais, para que fossem criadas "as bases de sua auto representação econômica, política e cultural em uma nova sociedade de profundas modificações". Com estes objetivos, foi implementado o Programa III de Mobilização Organizacional (1981:43).

A supervisão técnica dos monitores e o controle metodológico de centros piloto de alfabetização estiveram a cargo dos representantes da Escola Latino Americana de Sociologia, que não desempenhavam funções de coordenação. Cabia aos pesquisadores a tarefa de realizar uma análise crítica e a elaboração de procedimentos técnico pedagógicos de investigação, que permitissem a utilização do método aplicado como instrumento de reflexão para o conhecimento mapuche, visando o aperfeiçoamento do Programa tanto em termos imediatos quanto futuros.

Como a investigação, dentro do Programa, assumia um caráter operativo, vindo das necessidades orientadas pela praxis social, seus pressupostos teóricos estavam sujeitos à retificação permanente. Cabia aos próprios interessados empreender a pesquisa como uma prática política de tomada de consciência dos problemas coletivos e de busca de solução para eles.

Nas palavras de Isabel Hernández: "O povo mapuche se transformava, assim, de um objeto tradicional de investigação, tomando a si mesmo como objeto de conhecimento, para transformar ele mesmo suas condições de existência social (41).

O papel dos investigadores da Escola Latino Americana de Sociologia,

neste sentido, foi de auxiliar a planificação, elaborar o material didáctico, propor metas e procedimentos gerais, articular os níveis de programação, formular instrumentos de investigação e acção, avaliar sistematicamente o Programa, formular os fundamentos para uma nova Política Cultural e Educacional Indígena, e fornecer subsídios à Política Indígena do Governo Popular.

No processo político de mobilização vivido no Chile no início da década de setenta, os mapuches, desde suas bases, puderam participar activa e organizadamente da tentativa de democratização do país, tendo oportunidade de discutir um projeto de lei sobre indígenas formulado pelo poder Executivo. A Confederação Nacional de Associações Regionais Mapuches, que nasceu durante o governo democrata cristão, reunia as diversas tendências políticas, participou da implementação do Programa de Governo da Unidade Popular, fortalecendo-se neste período.

A partir de agosto de 1973, o Chile viveu momentos de tensão social, que teve reflexos sobre o Programa de Mobilização do Povo Mapuche, que foi atingido duplamente por grupos - entre eles o PAMACH (Partido Mapuche do Chile), de ultra direita - e setores que visavam desagregar o governo da Unidade Popular, e destruir todos os seus projetos.

Doutros fatores que contribuíram para a desmobilização do Programa, segundo Hernández, foram a discriminação racial, a burocracia estatal e a burocracia no interior das organizações trabalhadoras, e o pluripartidarismo da Unidade Popular pois a luta pela hegemonia entre as diversas correntes políticas manifestava-se inclusive no interior das organizações camponesas e indígenas.

O golpe de Estado, em setembro de 1973, esfacelou o movimento, incidindo também sobre a organização do povo mapuche. Mas o sonho não acabou. A experiência vivida delineou os caminhos para a concretização das aspirações de participação social dos grupos indígenas. Como indica Isabel

Hernández, elas ainda estão vivas, apesar do obscurantismo que impera no Chile, e despertarão.